O futuro do passado – em torno dos conceitos de história e património: a propósito da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

The future of the past - around the concepts of history and heritage: about the Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

Le futur du passé – autour des concepts d'histoire et de patrimoine : à propos de Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

El futuro do pasado – en torno a los conceptos de historia y patrimonio: a propósito de la Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

Hugo Ferreira Universidade do Porto hugosrferreira@gmail.com

Resumo: Considerando o conceito tempo na sua divisão tripartida – passado, presente e futuro – e o conceito de património enquanto classificação atribuída no presente a construções que podem ter sido criadas no passado e que se pretende transitem para o futuro, o presente artigo tem como objetivo principal discutir a importância do conhecimento histórico como forma de conferir valor a uma materialidade, de a projetar no futuro, de lhe atribuir valor patrimonial. Os objetivos estendem-se ainda à discussão da opção pela ruína ou reconstrução dessa materialidade, tendo como estudo de caso o da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, situado na serra do Arestal (concelhos de Sever do Vouga e Vale de Cambra).

Palavras-Chave: Tempo; História; Património; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira.

Abstract: Considering the concept time in its tripartite division - past, present and future - and the concept of heritage as a classification attributed in the present to constructions that may have been created in the past and that are intended to transit to the future, this article has as main goal discuss the importance of historical knowledge as a way of conferring value to a materiality, of projecting it in the future, of conferring heritage value. The goals also extend to the discussion of the option for ruin or reconstruction of this materiality, having has case study the one of the Mamoa/Dolmen 1 of Cerqueira, located in the Arestal mountain range (Sever do Vouga and Vale de Cambr counties).

Key-words: Time; History, Heritage; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira.

Résumé: Considérant le concept de temps dans sa division tripartite - passé, présent et futur - et le concept de patrimoine en tant que classification attribuée dans le présent aux constructions qui ont pu être créées dans le passé et qui sont destinées à traverser le futur, cet article a comme objectif principal discuter de l'importance de la connaissance historique comme moyen de conférer valeur à une matérialité, de la projeter dans le futur, de l'attribuer valeur patrimoniale. Les objectifs s'étendent également à la discussion de l'option pour la ruine ou la reconstruction de cette matérialité, ayant comme cas d'étude celle de Mamoa/Dolmen 1 de Cerqueira, situé dans la chaîne de montagnes de l'Arestal (comtés de Sever do Vouga et de Vale de Cambra).

Mots-clés: Temps; Histoire; Patrimoine; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira-

Resumen: Considerando el concepto de tiempo en su división tripartita - pasado, presente y futuro - y el concepto de patrimonio como clasificación atribuida en el presente a construcciones que pueden haber

sido creadas en el pasado y que se pretende transiten hacia el futuro, el presente artículo tiene como objetivo principal discutir la importancia del conocimiento histórico como forma de conferir valor a una materialidad, de la proyectar en el futuro, de atribuirle valor patrimonial. Los objetivos se extienden aún a la discusión de la opción por la ruina o reconstrucción de esa materialidad, teniendo como estudio de caso el de la Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, situado en la sierra del Arestal (municipios de Sever do Vouga y Vale de Cambra).

Palabras-llave: Tiempo; Historia; Patrimonio; Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

1. Introdução

A História foi definida por Marc Bloch (1965) como a ciência que estuda os homens no tempo, e se para muitas ciências representa apenas uma unidade de medida (em segundos, anos ou séculos), para a História o tempo significa mudança.

Ao contrário do tempo cronológico (o contável e registado nos calendários), normalizado, o tempo histórico varia consoante a organização, a mentalidade e as crenças de cada sociedade, que vive e organiza o seu tempo cronológico. O tempo situase, individualmente, entre o objetivo (mensurável) e o subjetivo, porque nas nossas vidas, os minutos, as horas e os dias, metricamente idênticos, parecem depender de percursos individuais, com maior ou menor espessura consoante o evocar de recordações (Pomian, 1993).

É nesta perspetiva de um tempo contínuo/descontínuo e em constante transformação que se apoia o presente artigo: um passado que corresponde a diferentes épocas e modos de viver, distintos dos atuais, mas cujo conhecimento é necessário para se compreender o presente (e vice-versa), por este ser, como diz Marc Bloch (1965), resultado dos acontecimentos do passado; um tempo composto por um presente que se não pode ser desligado do passado que o explica e molda, é que parece organizado em função do futuro "dado que, na sua grande maioria, as actividades de hoje só podem dar frutos amanhã, ou mesmo ainda mais tarde" (Pomian, 1993: 12).

Por isso, o tempo parece fixar-se em elementos que retêm a memória, que merecem ser guardados, porque servem "para materializar e simbolizar determinado acontecimento, determinado aspeto do passado, que [decidimos] reter e valorizar" (Guillaume, 2003: 72) e que explicam o nosso presente, memórias que definem a nossa identidade individual ou coletiva (Goff, 2000) e que asseguram o futuro, a continuidade de um tempo imaterial, porque para lá do tempo cronológico e mensurável - intemporal.

Assim sendo, entende-se o porquê de definições mais ou menos clássicas do conceito de património, como o conjunto de "elementos materiais e imateriais, naturais

ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade" (Zanirato, 2009: 137) e que pretende transmitir às gerações futuras (Silva, 2000). É, sem dúvida, um conceito amplo, porque inclui não só aos objetos memoriais próximos, com os quais tivemos um contacto direto e que fomos guardando ao longo da nossa vida, mas todos aqueles que provêm do passado, das gerações anteriores e que poderão explicar as nossas sociedades atuais, mas apenas se forem conhecidos e compreendidos (Souza *et al.*, 2011), pois nada possui um valor intrínseco, por si só, mas um valor que individualmente ou socialmente lhe é atribuído no presente (Peralta *et al.*, 2006).

Como bem mostrou Marc Guillaume (2003), os objetos memoriais perdem o seu sentido original para as gerações seguintes quando partem os seus detentores, aqueles que possuíam as memórias que lhes estavam associadas. Se não for dada a conhecer aos herdeiros a história ligada a estes objetos o seu significado perde-se e muito dificilmente lhes continuarão a ser atribuídos valores ou a ver neles qualquer traço de identidade, deixam de ser património, pelo menos individual, fruto de uma cadeia geracional.

O mesmo acontece quando saímos da individualidade e falamos de elementos a uma escala maior. J. Ballart (2002) diz-nos que se o passado pode existir no presente apenas enquanto ideia, através da investigação histórica, à margem dos objetos que nos chegaram dos nossos antepassados, estes são uma porta muito mais direta para a compreensão das realidades do passado, mais do que apenas as histórias contadas e escritas, pois podem ser vistos e tocados. Esta afirmação é inegável. Contudo, por si só, os objetos ou construções do passado não revelam nada, só se contextualizados na linha da evolução temporal e associados a uma história se podem compreender. Tal como os objetos memoriais que cada um de nós guarda, só quem viveu diretamente com eles entende o seu significado (seja utilitário ou sentimental) apenas ao olhar para si, mas não assegura que no futuro alguém por eles se continue a interessar, a não ser que entrem na cadeia interpretativa social e cultural.

Deste modo, determinado elemento do passado pode até representar um momento fundamental na história da evolução humana, mas se apenas os especialistas o souberem corre o risco de ser desprezado pela sociedade. Contudo, se essa importância for dada a conhecer a todos, o mesmo pode vir a ser entendido e consequentemente valorizado como património, como um símbolo identitário que se quer preservar e

transmitir, impedindo-se que fique esquecido no passado e transite para o futuro. Assim, nesta lógica, falar em património histórico implica necessariamente ter presente a divisão tripartida do conceito de "tempo" de que acima falávamos: um passado em que surgiram determinadas práticas ou construções; um presente em que se levam a cabo as ações de identificação, estudo e divulgação com vista à valorização desses elementos; e um futuro para o qual se espera que transitem, pois é com vista à continuidade temporal desses bens e daquilo que representam que se tomam aquelas medidas.

E se os objetivos do presente artigo passam por discutir a importância do conhecimento histórico como meio de justificar e demonstrar esta existência de um património por aquilo que pode revelar e ensinar às gerações presentes e futuras sobre as sociedades que nos antecederam, estendem-se também à discussão de uma outra questão que lhe está diretamente relacionada e onde o conceito "tempo" é também central: a reconstrução daquilo que nos chegou do passado com base num determinado momento da história que representa ou apenas a consolidação do existente, para que não desapareça por completo, permitindo que revele as marcas que o tempo lhe imprimiu, ainda que o estado de degradação seja elevado.

Como apoio à discussão destas questões será tido em conta o caso da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo decreto nº 29/90 de 17 de Julho de 1990. Apesar de terem sido realizadas obras de restauro e consolidação há cerca de 30 anos, não foi efetuado, até hoje, qualquer outro projeto de conservação ou de valorização eficaz em torno deste dólmen. Encontra-se classificado como património pelo passado que representa, mas quem conhece esse passado se ele praticamente não é divulgado e o próprio monumento se encontra de novo em degradação? Se a sua história não é conhecida por todos, como se pode afirmar que é de interesse público? É possível estramos interessados pelo que não conhecemos? Portanto, a história é, ou não, um suporte necessário para o património? Mas a questão também se pode colocar ao contrário: o património, enquanto meio de seleção e classificação, assim como de preservação e valorização é, ou não, também importante para a perpetuação da história? Todavia, por outro lado, têm ambas as variáveis história e património que se relacionar obrigatoriamente? E que impacto tiveram as obras de reconstrução na história que representa?

De forma a tentar dar resposta a estas questões, o presente artigo será dividido em cinco partes. Na primeira parte será apresentado e descrito o monumento em causa. Uma segunda narrativa será dedicada à apresentação de alguns dados históricos sobre o megalitismo, sem se pretender fazer uma análise detalhada ou exaustiva deste fenómeno, mas indicar apenas alguns aspetos genéricos que demonstram a importância deste imóvel, tendo em conta aquilo que nos pode contar sobre a sociedade que o construiu (a nível económico, cultural, artístico ou de organização social) e ainda apresentar algumas informações sobre a sua história mais recente. Uma terceira parte será dedicada à análise do seu percurso enquanto património, ou seja, o que foi feito tendo em conta a sua conservação, como foi estudado ou interpretado e gerido. Então, por fim, procurar-se-á apresentar uma reflexão global acerca destes aspetos ao encontro dos objetivos propostos.

2. Apresentação e Descrição da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

2.1. Definição de conceitos e descrição da estrutura

Os dólmens ou antas inserem-se num vasto grupo de monumentos designados de megalíticos, ou seja, construídos com pedras ou lajes, geralmente de grandes dimensões, não trabalhados ou pouco afeiçoados, e fincados no solo (Jorge, 1982). Embora existam inúmeras variantes por toda a Europa, os dólmens consistem, geralmente, em câmaras fechadas ou de acesso limitado (com uma pequena abertura), dividindo-se em dólmens de corredor, ou seja, com uma galeria de acesso à câmara e em dólmens simples, ou seja, sem corredor. A câmara é ladeada por lajes verticais (ortostatos) e coberta por uma outra laje designada por tampa, mesa, ou chapéu, normalmente de grandes dimensões. Quando existe corredor, este é igualmente formado por lajes verticais e coberto com tampas mais pequenas. Alguns dólmens possuem um corredor bem definido, chamados dólmens de corredor clássico, enquanto noutros casos, a câmara pode ir estreitando de forma progressiva no sentido da entrada. Em termos de altura, a transição da câmara para o corredor pode ser abrupta (sendo o corredor bastante mais baixo), ou progressiva, diminuindo de forma gradual desde a câmara até ao início do corredor, apresentando uma disposição em escada (Jorge, 1982).

Geralmente, estas construções estão cobertas por um montículo artificial feito com terra ou pedras, ou com terra e pedras, designado por mamoa ou tumulus, de forma

circular ou subcircular. Contudo, convém ressalvar que uma mamoa não tem necessariamente que possuir uma estrutura megalítica no seu interior. Mas, para um monumento megalítico, Vítor Oliveira Jorge afirma que as mamoas tinham uma importância fundamental, uma vez que serviam para proteger e suportar o dólmen, podendo ter funcionado também, muito provavelmente, como uma rampa para a colocação da laje de cobertura sobre os esteios (Jorge, 1982).

O caso que aqui irá ser alvo de análise é composto por estas duas construções, de certa forma complementares.



Figura 1 – Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

O Dólmen 1 da Cerqueira é, pois, um dólmen de corredor clássico, ou seja, bem definido e diferenciado da câmara, diminuindo a sua altura de forma gradual desde a câmara até à entrada, estando coberto por uma mamoa de forma mais ou menos circular. A sua câmara, poligonal, mede cerca de 3,54 metros de largura por 3 metros de comprimento, sendo composta por nove esteios (em posição quase vertical) e uma tampa, de forma mais ou menos circular, com cerca de 3,76 metros de largura por 3,26 metros de comprimento, com uma espessura média de 0,45 metros (Bettencourt, 1989).

O seu corredor encontra-se voltado a nascente, tendo cerca de 4,40 metros comprimento, apesar de estar cortado por uma estrada que passa mesmo em frente e que eliminou também parte da mamoa (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

Existem dólmens com gravuras e/ou pinturas nas suas lajes, contudo, o dólmen 1 da Cerqueira não possui estes vestígios.

2.2. Localização geográfica

Portugal possui um número bastante considerável de dólmens no seu território (Oliveira *et al.*, 2012). Mas, ao contrário do Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, é na Beira e no Alentejo onde os dólmens de corredor existem em maior número (Jorge, 1983/1984). É precisamente na Beira que se localiza o monumento aqui em análise.

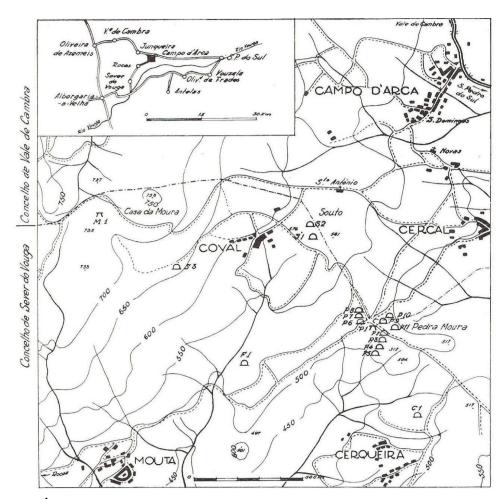


Figura 2 - Área dolménica de Cercal, Cerqueira e Coval, com a Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira identificada no mapa como P1 (Pedra Moura 1).

Fonte: (Castro *et al.*, 1957: 474)

Este dólmen está situado na serra do Arestal, mais precisamente na aldeia de Cerqueira, que lhe deu o nome, onde é também conhecido por Pedra Moura (Girão, 1921). Esta aldeia, da freguesia de Couto de Esteves, concelho de Sever do Vouga, é vizinha das aldeias de Coval da mesma freguesia e das aldeias de Cercal e Campo de Arca da freguesia de Arões, concelho de Vale de Cambra. Em todas estas aldeias, assim como noutras da Serra do Arestal, foram identificados dólmens e mamoas, com ou sem estruturas deste tipo no interior (embora muitos tenham sido destruídos e apenas se saiba a sua localização geográfica) (Bettencourt *et al.*, 1988/1989). Estamos, pois, perante um dólmen identificado com o número 1, para que se possa distinguir de outros com o mesmo nome existentes na necrópole dolménica em que se insere, que reúne vários monumentos sepulcrais numa área de poucos hectares (Bettencourt *et al.*, 1988/1989), o que não é de todo incomum. É frequente os dólmens estarem agrupados em espaços relativamente restritos, formando grandes necrópoles resultado destes vários monumentos que "se vão edificando, utilizando e encerrando, na longa duração" (Bettencourt, 2013: 15).

2.3. Cronologia

O megalitismo no território português parece ser mais antigo no norte do País, onde é possível encontrar monumentos construídos durante a segunda metade do V milénio a. C., ao contrário do que se verifica a sul do Tejo, tendo atingido a sua expansão máxima no decurso do IV milénio a. C. Já o final da sua expansão verificouse, de uma forma geral, nos inícios do III milénio a. C. (Cardoso, 2012). A construção da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira terá ocorrido entre os finais do IVº milénio a. C. (3000 a. C.) e a primeira metade do IIIº milénio a. C. (2500 a. C.) (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

Mas, qual era o objetivo desta construção? Que função ou funções teria no seio da sociedade pré-histórica que a construiu? O que nos pode contar ou revelar sobre essa sociedade? E depois de perder essas funções? O que lhe aconteceu ou como foi utilizada até hoje? São estas questões, reveladoras da importância e do significado deste monumento, sobre as quais nos debruçaremos agora de uma forma breve.

3. História da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

Os séculos decorridos desde o aparecimento do megalitismo e a inexistência de registos escritos não nos permitem escrever uma história económica, social, religiosa e cultural específica e única sobre cada dólmen (exceto a da sua arquitetura), mas antes uma história coletiva, de âmbito mais geral, que os vários monumentos megalíticos, no seu conjunto, com este incluído, permitem conhecer e contar. Cada dólmen pode conter vestígios (gravuras, pinturas ou espólio arqueológico) e possuir técnicas de construção ou diferentes morfologias que, analisadas num conjunto mais vasto e comparadas com outros casos, podem permitir compreender importantes aspetos sobre as sociedades que os construíram. Portanto, cada dólmen é uma peça fundamental de um puzzle, que, longe de estar completo, já nos permite traçar um quadro, ainda que geral e sujeito a várias interpretações, de alguns aspetos de uma sociedade primitiva.

Segundo Vítor Oliveira Jorge, este monumento "é um túmulo, mas é também um santuário, um sítio onde se realizaram cultos, e em muitos casos também atividades profanas a eles associadas: consumos de alimentos, trocas de produtos, realizações de alianças, intercâmbio de informações, afirmação de líderes." (Jorge, 1989: 409).

Enquanto construções de "âmbito, simultaneamente, sepulcral e religioso" (Bettencourt, 2013: 15), os dólmens desempenham um papel fundamental na compreensão da religião das sociedades pré-históricas, ainda que apenas de uma forma genérica e comportamental, pois apenas temos acesso a estes atos em que se refletia e de que ficaram vestígios (Jorge, 1982).

Ao que tudo indica, a existência dos dólmens estará associada à realização de cerimónias funerárias com vista à defesa da alma dos defuntos na sua viagem até uma nova terra que passariam a habitar após a morte, garantindo que os mesmos fossem integrados nesta comunidade. A fixação do homem ao solo e a consequente observação dos ciclos da natureza ao longo do ano em relação com as atividades agrícolas terá levado o homem primitivo a crer que, quando se morria, se voltava à terra e que, tal como as sementes, se nasceria para uma nova vida (Jorge, 1982).

Os dólmens assegurariam a existência eterna dos defuntos para quem eram construídos, passando a estar associados à perpetuidade da pedra, que se tornaria o seu novo corpo, neste caso, sob a forma de dólmen, funcionando como o seu "cofre" (Jorge, 1982:138). No entanto, só alguns teriam o privilégio de ser sepultados neste local.

Os monumentos megalíticos estariam ligados, maioritariamente, a sociedades não igualitárias, cujas elites promoviam a construção de dólmens como forma de prestígio (em proveito próprio) e de fortalecimento da coesão social, sendo somente os membros daquela elite fundadora aqueles que teriam direito a ser aí sepultados, mas entendidos por toda a comunidade como os seus antepassados (Jorge, 1982), embora seja provável que a sua utilização se pudesse generalizar, mais tarde, à descendência deste núcleo restrito de fundadores (Cardoso, 2012). Estas minorias promoviam ainda a realização de cerimónias vedadas a um público mais alargado no interior dos dólmens, sublinhando o seu poder através da existência de um saber que apenas alguns possuíam (Jorge, 1989), ainda que seja possível que toda a comunidade pudesse participar em ritos realizados ao seu redor, como faz acreditar a existência de átrios no exterior dos corredores de acesso (Cardoso, 2012).

Neste sentido, os dólmens funcionariam como marcas territoriais, delimitadores de fronteiras entre diferentes comunidades, situando-se, segundo alguns investigadores, no centro do território explorado por cada uma, mas, segundo outros, em áreas economicamente marginais ou de fronteira entre grupos, tendo em conta a sua posição proeminente e a sua localização em áreas por vezes pouco propícias para a agricultura (Jorge, 1989).

Acima afirmávamos que o conhecimento de cada dólmen é fundamental para a compreensão das sociedades pré-históricas e, neste caso, a localização do dólmen em estudo e de outros existentes na Serra do Arestal dão-nos algumas pistas. O facto destas construções se situarem junto a atuais lameiros e nascentes de água, ou seja, terreno fértil, pode ser um indicador de que os construtores destes monumentos viviam predominantemente nas áreas onde os construíram. Objetos encontrados no seu interior durante as escavações, como elementos móveis e fixos de moinho apontam também para esta hipótese (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

No entanto, apesar do grande número e dispersão de dólmens e mamoas na paisagem, não é possível afirmar estarmos perante comunidades de grande densidade demográfica, tendo em conta, obviamente, a grande duração cronológica que este fenómeno pode ter tido no local, mas também a proximidade destas construções a afloramentos graníticos o que pode, pelo contrário, levar a crer que estamos perante pequenas comunidades humanas, com reduzidos recursos construtivos a nível de

transporte e possivelmente socioeconómicos, obrigando-as a construir junto a esses afloramentos (Bettencourt *et al.*, 1988/1989). Alguns autores dizem ainda que um elevado número de dólmens não se traduz numa elevada densidade populacional porque uma mesma comunidade poderia ir edificando novos túmulos de forma recorrente, como meio de renovar os laços identitários e de união à terra que explorava (Cardoso, 2012). Mas, de toda a forma, seriam comunidades bem organizadas, capazes de canalizar parte da sua força de trabalho para estas atividades.

Sem uma tentativa de sermos exaustivos, estes são apenas alguns aspetos relativamente à primitiva história deste monumento, ou seja, a história da sua função e dos seus usos para a sociedade que o criou. Contudo, tal como em todos os períodos da história, a sociedade evoluiu, e os dólmens perderam a sua funcionalidade, pelo menos em relação àquela que era a sua função original, uma vez que, a partir daí, nada mais se sabe, com a exceção de alguns aspetos pontuais mais recentes, e que levaram Aristides de Amorim Girão a afirmar, em 1921, que o dólmen 1 da Cerqueira era um privilegiado, uma vez que se encontrava num excelente estado de conservação, em comparação com outros existentes na necrópole dolménica do Arestal (Girão, 1921).



Figura 3 - Desenho da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira em 1921

Fonte: (Girão, 1921: 64*a*)

Segundo este autor, vários monumentos megalíticos foram danificados ao longo dos séculos de forma a serem aproveitadas as suas pedras para outras construções. Ainda nos inícios do século passado, no concelho de Vale de Cambra, teriam sido

aplicadas em lareiras, espigueiros e fornos algumas pedras de dólmens. A circulação por esta zona, ainda nos inícios do século passado, do intitulado "Livro de São Cipriano", que ensina a fazer e desfazer várias feitiçarias, rezas, cerimónias e rituais para desencantar objetos de ouro e prata, levou à destruição de vários dólmens que o povo atribuía aos mouros, pois existia também a crença de que estes, quando abandonaram o território peninsular com o avanço da Reconquista, deixaram os seus bens escondidos em vários locais, como o interior de rochedos, com a esperança de os reaverem quando voltassem de novo para os seus domínios (Girão, 1921). Contudo, o dólmen 1 da Cerqueira escapou a este destino.

Escavações feitas ao local em 1956 revelaram também um aspeto interessante. O interior deste dólmen estava revolvido e possuía destroços não muito antigos, o que alguns moradores de meia-idade das aldeias próximas explicaram como possível resultado de, em pequenos, este monumento, que estava desentulhado, servir de local de abrigo e de recreio enquanto guardavam o gado (Castro *et al.*, 1957).

4. A Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira como Património

Este dólmen e mamoa foram alvo de duas intervenções e escavações: em abril e maio de 1956, por Luís de Albuquerque e Castro, Octávio Reinaldo da Veiga Ferreira e Abel Viana (Castro *et al.*, 1957) e mais tarde, em julho e agosto de 1988 pela arqueóloga Ana Bettencourt (Bettencourt *et al.*, 1988/1989).

No âmbito da primeira escavação e intervenção foi traçada a planta do dólmen e foram colocadas, naquele que se pensava ser o local primitivo, algumas tampas do corredor caídas, tendo-se procedido também à estabilização dos esteios. Um dos esteios da câmara (identificado na imagem seguinte com a letra A) encontrava-se tombado no seu interior, estando a sua parte superior partida, assim como o bordo da tampa, mas não foi colocado no lugar por falta de material necessário (Castro *et al.*, 1957).

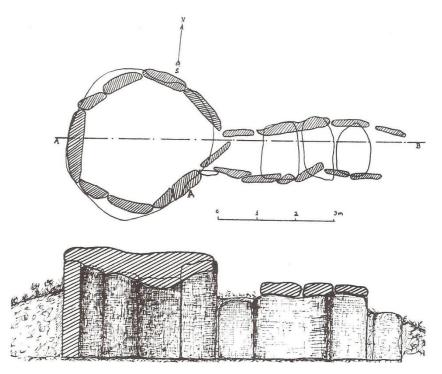


Figura 4 - Planta e Corte Longitudinal do Dólmen 1 da Cerqueira, delineada no âmbito da primeira intervenção ao monumento em 1956.

Fonte: (Castro *et al.*, 1957: 476)

Foram realizadas escavações no interior do dólmen, às terras da câmara e do corredor, tendo revelado a existência de algum espólio: uma pequena ponta de seta de sílex; três pequenas facas de sílex, completas e inteiras; algumas pedras com a função de pilões e mós, ou trituradores; uma rodela de xisto luzente; uma lasca de quartzite afeiçoada em ponta triangular; alguns restos de núcleos de sílex; um núcleo de quartzo; alguns fragmentos de cerâmica negra, bem cozidos; dois pequenos fragmentos de diadema de ouro (não contemporâneos do monumento) (Castro *et al.*, 1957).

Durante a segunda campanha de escavação e intervenção procedeu-se de novo à consolidação dos esteios da câmara e do corredor, com recurso a terra, pedra e cimento. Um dos esteios do corredor possuía apenas a base e outro estava tombado no seu interior, tendo sido colocado no sítio. No entanto, apenas se conseguiu erguer parte do esteio da câmara que estava partido, que a escavação anterior já tinha identificado. As tampas do corredor foram recolocadas no sítio, restauradas e coladas, pois algumas estavam partidas e de novo fora do seu presumível lugar de origem (Bettencourt, 1989).

O avançado estado de erosão em que se encontrava a mamoa e o corte nela provocado pela construção de uma estrada (como já antes se referiu) exigia uma consolidação da mesma, tendo para isso sido construído um muro de pedra granítica em frente à parte afetada, para a sua sustentação. À volta da restante mamoa, para delimitar a sua dimensão, foi construído um muro de pedra baixo, após conversações com os proprietários dos terrenos (Bettencourt, 1989).



Figura 5 - Vista da câmara, do corredor e do muro de suporte à Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, após a finalização dos trabalhos de restauro e consolidação de 1988.

Fonte: (Bettencourt, 1989: 102)

No âmbito desta segunda intervenção foram também realizadas novas escavações com o objetivo de se estenderem os estudos à área circundante da câmara e corredor e compreender a técnica de construção da mamoa. Apesar da escavação anterior ter revelado já algum espólio arqueológico, foram encontradas novas peças: seis micrólitos de sílex, sendo cinco de forma trapezoidal e um em forma de crescente; seis lâminas e lamelas, sendo cinco delas em sílex e uma em quartzo; cinco pontas de seta de sílex, quatro delas de base triangular e uma ponta de seta pedunculada; um objeto indefinido de forma arredondada; um raspador em quartzo, algumas lascas do mesmo material e em sílex e um seixo rolado de granito; um moinho manual fragmentado em

granito; material cerâmico que, com uma exceção, não é contemporâneo do monumento (Bettencourt, 1989).

As escavações a nível da mamoa, através da abertura de três colunas (norte, sul e oeste), permitiram obter cortes estratigráficos e perceber como foi edificada: por baixo da camada de terra visível é constituída por uma couraça pétrea, por terras compactadas sob essa couraça e por um anel lítico de contrafortagem em redor da câmara e corredor. Percebeu-se também que monumento foi construído sobre uma pequena elevação rochosa irregular, o que provocou a inexistência de um solo antigo nos setores sul e oeste e a sua ocorrência no sector norte (Bettencourt, 1989).

O espólio recolhido na escavação de abril e maio de 1956 encontra-se depositado na sala de Arqueologia e Pré-História do Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, em Lisboa, enquanto o restante se encontra no Museu de Aveiro (Bettencourt, 1989).

Após estes trabalhos de escavação, consolidação, conservação e restauro este monumento não foi alvo de mais nenhuma atividade ou projeto, apesar da sua classificação como Imóvel de Interesse Público em 1990, como se referiu acima. Possui apenas uma placa identificativa ao seu lado, mas ainda que a zona envolvente se encontre limpa, o monumento apresenta já sinais de degradação, como o desaparecimento de uma tampa do corredor, a derrocada de parte do muro de proteção da mamoa e a inclinação de alguns esteios, talvez devido às raízes de um pinheiro que cresce nas proximidades.



Figura 6 - Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira atualmente, com sinais de degradação

A placa identificativa apenas possui um mapa da região, identificando a necrópole dolménica da Cerqueira, a planta deste dólmen e uma muito breve explicação da arquitetura e função deste monumento (longe de as descrever na totalidade).



Figura 7 - Placa identificativa situada ao lado da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira

5. Tempo, história e património: que relação?

Através das informações que aqui se tentaram condensar relativamente à história deste dólmen e da forma como foi "tratado" enquanto património, chegou o momento de procurar dar resposta às questões colocadas no início deste artigo. Assim, podemos começar esta reflexão final com a afirmação de que não tem necessariamente que existir uma relação entre história e património. Como já antes afirmamos, e bem sublinha Laurajane Smith (2006), a classificação de algum objeto material como património é sempre resultado de uma atribuição de valores por parte do ser humano, por tornar tangível certas memórias ou sentimentos, não por esta ser uma característica que lhe é inerente. Como tal, os valores atribuídos a um objeto em que vemos sinais da nossa identidade e queremos preservar não têm que ser necessariamente de índole histórica ou memorial, mas podem ser de caráter estético, monetário ou utilitário.

Por outro lado, muitos elementos representativos de acontecimentos e realidades passadas (ou presentes) não são considerados património. Como se viu através do caso aqui estudado, vários dólmens foram destruídos num determinado período em busca de

ouro e prata que se pensava existir no seu interior, ou levadas as suas pedras para aplicar em construções contemporâneas, pois não lhes deve ter sido atribuído qualquer valor ou importância histórica. Contudo, será que se as pessoas conhecessem essa sua importância e a sua história o desfecho seria outro? É aqui que se torna fundamental a investigação e divulgação do seu percurso temporal e como este (na aceção da sua história) se pode relacionar com o de património.

Através do estudo deste caso da Mamoa/Dólmen 1 da Cerqueira, foi possível perceber que, para além das escavações, descrição da mamoa, do dólmen e do espólio recolhido, assim como das obras de conservação, consolidação e restauro, que tiveram como base aquela que seria a estrutura original deste monumento, nada mais se fez para promover a sua valorização. É certo que são várias as dificuldades em fomentar a valorização de um "património" tão antigo e sobre o qual, como já se referiu, é difícil sintetizar. Contudo, ainda que se possa contar apenas uma história geral e incompleta sobre os vários dólmens conhecidos, existem aspetos e detalhes locais que podem ser criadores de interesse e ajudar a uma melhor compreensão destas construções por parte de muitos, e que não estão a ser corretamente utilizados.

Uma das formas de promover a valorização do património arqueológico é a sua musealização *in situ* (Morais, 2010). Esta opção tem sido tomada em diversas ocasiões¹, construindo-se um espaço onde é possível expor o material arqueológico encontrado, devidamente identificado e explicado de uma forma didática, facilitando a transmissão da sua história e a compreensão das comunidades humanas do passado (Veloso, *et al.*, 2007).

Neste estudo de caso, poderia ser criado um centro interpretativo, onde se pudesse também dar a conhecer a história dos dólmens e mamoas com o auxílio do espólio recolhido nas escavações efetuadas, que se encontra disperso e descontextualizado do local onde foi encontrado. Não faria igualmente mais sentido procurar relacioná-lo, no próprio local, com esta e com as restantes construções aí existentes? As campanhas de escavação poderiam também ser estendidas aos restantes dólmens e mamoas desta necrópole, onde poderão existir outros vestígios úteis para o

¹ Ainda que se trate de diferentes vestígios arqueológicos, esta forma de divulgação e valorização patrimonial foi a adotada, por exemplo, em Alcalar, concelho de Portimão (Faro), onde foi construído um centro interpretativo junto a túmulos megalíticos datados do Calcolítico, assim como em Cola, concelho de Ourique (Beja), onde se edificou um centro interpretativo junto dos 15 sítios arqueológicos datados do Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro e Medieval (Fidalgo, 2009).

entendimento deste espaço e das comunidades que o habitaram no passado. Como antes dizíamos, é importante não esquecer que a personificação material da narrativa que se quer contar é fundamental para aproximar o público do monumento e da sua história (Klekot, 2012).

Através dos dados apresentados anteriormente foi possível perceber, por exemplo, que os vestígios de moinho manual fragmentado, encontrados durante as escavações, são reveladores de possíveis práticas agrícolas das sociedades responsáveis por estas construções, assim como do facto de viverem junto delas. A paisagem envolvente é também reveladora de alguns aspetos importantes sobre estas sociedades, como também compreendemos. Mas, como pode, quem visita o local, perceber isto sem ter que realizar este trabalho de pesquisa que aqui se apresentou? A existência de um centro interpretativo, que conjugasse os aspetos mais gerais conhecidos sobre os monumentos megalíticos, com as características e alguns aspetos mais específicos deste caso particular, permitiria, sem dúvida, uma melhor compreensão da função e da existência desta construção, assim como da sociedade em que surgiu.

A acompanhar o espólio, este centro interpretativo poderia acolher, além de painéis informativos e explicativos, alguns vídeos em forma de "documentário" ilustrado, por exemplo, com recriações das possíveis práticas religiosas e sociais associadas, de forma a tornar mais claras as informações que se querem transmitir. Seria ainda útil apresentar fotografias aéreas da área dolménica ou fotografias do antes e depois das obras de consolidação e restauro efetuadas. Através do recurso às novas tecnologias, por exemplo, seria interessante dar algumas explicações sobre a técnica de construção destes monumentos, que as escavações efetuadas à mamoa no âmbito da segunda intervenção permitiram perceber.

Vários dólmens desta necrópole foram, entretanto, destruídos, como vimos antes, sendo o aqui analisado o exemplar mais bem conservado, mas, em muitos casos, os sítios são conhecidos e seria ainda vantajoso a criação de uma rota que os associasse e conduzisse a uma interpretação do seu todo. Um percurso devidamente sinalizado permitiria ter uma perceção do local onde os vários dólmens e mamoas foram construídos e, ao mesmo tempo, promover um passeio pela natureza, procurando assim outros atrativos como auxílio à valorização integrada deste espaço (Morais, 2010).

Uma simples placa identificativa, como a existente no local, não consegue transmitir sequer a história resumida que aqui foi apresentada. Portanto, neste caso, a classificação patrimonial não significou uma total valorização da história deste monumento, pois não basta escavar, descrever e conservar (ainda que sejam atos fundamentais, pois assinala-se a sua existência). É preciso que esta história seja transmitida e dada a conhecer a um público mais alargado. Caso contrário, quem o considerará como património? Reserva-se esse critério de classificação apenas para os especialistas? Sabendo nós que o património são bens a que as pessoas atribuem valor, o que importa pedir-lhes, através de sinalética local, para protegerem esta construção se não lhes é dada a conhecer a sua total importância? Se não entenderem o seu significado e as suas particularidades vão considerá-lo significativo ou atribuir qualquer valor? Não pode existir interesse pelo que não se conhece. Por este motivo, a história (e a sua divulgação) é fundamental para determinar a existência de um património. Assim, ainda que sejam variáveis diferentes, podem estar associadas, e quando tal acontece, necessitam uma da outra como suporte.

E se a história pode ser um fator de "patrimonialização", este é, por sua vez, um processo e um estatuto que ajuda a garantir a perpetuação de elementos, construções ou objetos que nos recordam esse passado e a manter viva essa história. Mas, mais uma vez, para que tal aconteça, não basta apenas, como acorreu neste caso em estudo, restaurar, conservar ou escavar e analisar os artefactos recolhidos. É necessário transmitir a história deste monumento e destes artefactos à sociedade, para que também ela o possa considerar como um património seu, que não quer ver desaparecer, que quer legar às gerações futuras, para que conheçam a história que também ela conheceu.

No entanto, convém também ressalvar que um elemento com um longo passado não tem que ser valorizado apenas pela sua história mais antiga, como o caso aqui analisado bem o demonstra. No âmbito da escavação de 1956, como se percebeu, alguns habitantes locais atribuíam um valor a este dólmen, que não associado à sua função ou história inicial, mas relacionado com a sua história recente, talvez, sobretudo, de cariz sentimental, por estar ligado a recordações de infância. Ou seja, para essas pessoas, esta construção seria até interpretada como património por outros motivos que não os dos especialistas. Talvez atualmente ainda fosse possível recolher junto de alguns indivíduos mais velhos algumas memórias ligadas a este dólmen ou até histórias que

tenham chegado às gerações mais novas, fundamentais para a sua valorização junto da comunidade local, que certamente se sentiria mais interessada em conhecer e perceber a importância e o significado de um espaço que fez também parte da vida e das memórias de familiares, vizinhos ou amigos, que o usaram também, muito certamente sem saber qual a sua origem.

Ao falar de um monumento com tantos séculos de história, com um passado mais antigo e mais recente, estamos perante um claro exemplo de que na relação história-património o tempo é também um conceito fundamental, na medida em que nos remete para a discussão entre a conservação da ruína ou o seu restauro. As intervenções de conservação têm apenas como objetivo estabilizar e prolongar a duração, já o restauro implica o melhoramento do aspeto ou a reconstrução da unidade potencial de determinada obra caso esta se tenha deteriorado, devendo procurar manter a sua autenticidade material e documental (González-Varas, 2005). Mas, neste último caso, que momento da linha temporal atravessado pela existência de determinado bem se deve considerar para essa recuperação (sobretudo quando as mudanças ao longo do tempo foram várias)? Este dólmen foi reconstruído de acordo com aquela que se pensava ser a sua forma original, com os materiais existentes no local, mas será que foi a opção mais correta? Há quem recuse a realização de intervenções no que chegou até nós por considerar que o valor de um monumento histórico reside, precisamente, nas marcas visíveis do seu passado, tanto naquelas deixadas pelos seus construtores, como também nas alterações decorrentes do uso que teve ao longo do tempo, incluindo as destruições. (Klekot, 2012).

No século XIX Ruskin defendia que os monumentos históricos não deveriam ser intervencionados, com a exceção da sua consolidação (de forma invisível), por considerar que as marcas do tempo e as alterações que lhes imprimiram as gerações do passado "fazem parte da sua essência". Segundo Ruskin o restauro é até "a destruição mais total que uma construção pode sofrer", sendo "uma mentira absoluta". A verdadeira reconstrução de um monumento implicaria "quer reemergir no espírito do tempo em que o edifício foi construído, quer identificarmo-nos completamente com o artista" (Choay, 2015: 159-160).

Viollet-le-Duc, citado também por Françoise Choay, afirmava que "restaurar um edificio é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado

momento" (Choay, 2015: 160). Embora a sua visão fosse oposta à de Ruskin, pois era favorável à reconstrução, esta afirmação sublinha um aspeto muito importante: ao reconstruir podemos estar a falsear ou deturpar as verdadeiras características do monumento, sobretudo quando não existe documentação segura sobre a sua forma anterior. Por outro lado, se optarmos pela ruína e pela permanência das marcas que o tempo lhe imprimiu, não corremos esse risco, e se não se torna visível a sua forma primitiva ou existente antes da sua destruição, são visíveis os sinais dessa destruição que espelham também os contextos em que ocorreram.

Também em relação a este dólmen a sua reconstrução poderia não ter sido levada a cabo, uma vez que as pedras tombadas, apesar de já não representarem aquela que se pensa ser a sua fase primitiva, eram sinal da passagem do tempo e do seu uso recente, representando épocas e sociedades posteriores a essa primeira etapa da sua existência.

É verdade que é mais fácil entender o passado através de uma construção mais próxima da realidade que se pretende transmitir, mas, quando existe uma história de vários séculos e o monumento se foi alterando, é necessário ter presente que optar pela reconstrução é selecionar um momento do passado que se pretende ver representado em detrimento de outros. Se a ruína tivesse sido mantida era possível reproduzir a ideia do que se pensa ser a estrutura original deste dólmen e mamoa através de maquetas ou com o apoio dos novos recursos tenológicos. No entanto, o contrário também se pode aplicar. Não é impossível evitar que as memórias da sua destruição passada se desvaneçam, chamando a atenção para os testemunhos visíveis da destruição anterior, mostrar fotografías e contar a história da recuperação de alguns elementos ou como se fez a sua montagem. E o próprio processo de reconstrução pode também ser um aspeto atrativo e criador de interesse para quem visita o monumento (Klekot, 2012).

6. Conclusão

O estudo de caso que aqui seguimos foi, essencialmente, um pretexto para se desenvolver uma reflexão sobre conceitos e práticas. Se nem todo o património tem que ser histórico (embora todo contenha uma espessura temporal), procuramos com esta reflexão demonstrar que a história pode e deve ser um fator de "patrimonialização", faz parte do processo de interpretação. Sobretudo, para se poder afirmar a existência de um

património designado como sendo de interesse público é necessário que essa história seja conhecida por um grupo mais vasto que não apenas o dos especialistas. Não basta dizer que determinada construção é património, muito menos, e apenas, classificá-lo do ponto de vista institucional. É preciso criar sentimentos de identificação e fomentar a valorização da mesma através de um processo de divulgação assente na interpretação histórica (de mais ou menos duração) que explica as suas transformações e opções de uso e reuso, de valorização e de desvalorização, porque todas ocorreram.

Ao propormos medidas de monitorização deste espaço apenas cumprimos um dos desideratos de qualquer reflexão sobre a valorização patrimonial, que confere tempo passado ao tempo futuro. Mesmo que medidas "ingénuas", elas decorrem da transição entre memórias individuais, porque se enraízam numa vivência individual (porque vivi, visitei, brinquei em seu redor) e procuram ultrapassar o esquecimento, porque se transformou num dólmen sem mais tempo, do passado e do futuro. Embora exista sinalização e o espaço envolvente esteja relativamente cuidado, e até porque se integra num grupo mais vasto de construções, a verdade é que não são exploradas as particularidades deste monumento, que gradualmente se vai danificando e fragmentando, perdendo, cada vez mais, a possibilidade de revelar o passado que percorreu e que representa.

Bibliografia:

Fontes:

Decreto nº 29/90, de 17 de Julho, *Classifica diversos imóveis como monumentos nacionais e imóveis de interesse público*, [consulta em 29 de Janeiro de 2018]. Disponível em: https://dre.pt/application/file/575792.

Bibliografia:

BALLART, J. (2002), El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso, Barcelona, Ariel.

BETTENCOURT, Ana M. S. (1989), "Campanha de escavação e consolidação da Mamoa 1 da Cerqueira (Serra de Arestal) - Sever do Vouga", *Arqueologia*, nº 19, pp. 85-113.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013), "O Neolítico", in Luiz Oosterbeek (dir.), Territórios da Pré-História em Portugal. II Vol., A Pré-História do Noroeste Português, Braga, CITCEM/CEIPHAR, pp. 13-18.

BETTENCOURT, Ana M. S.; REBELO, Teresa M. H. (1988/1989), "Monumentos Megalíticos da Serra do Arestal (Sever do Vouga – Vale de Cambra). Inventário Preliminar", *Portugalia*, nova série, vol. IX/X, pp. 7-38.

BLOCH, Marc (1965), Introdução à História, Lisboa, Europa-América.

CARDOSO, João Luís (2012), "Megalitismo funerário do território português", in Jorge de Alarcão; Mário Barroca (Coord.), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, pp. 210-214.

CASTRO, Luís de Albuquerque e; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel (1957), "Acerca dos Monumentos Dolménicos da Bacia do Vouga", in *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências*, Coimbra, 1 a 5 de Junho de 1956, tomo VIII, pp. 472-481.

CHOAY, Françoise (2015), Alegoria do Património, Lisboa, Edições 70.

FIDALGO, Mafalda (2009), Lugares culturais - intervenções em património cultural arqueológico: valorização de sítios arqueológicos em Portugal, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1921), Antiguidades Pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da Arqueologia de Portugal, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

GOFF, Jacques Le (2000), História e Memória. II Vols., Lisboa, Edições 70.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio (2005), Conservación de Bienes Culturales. Teoria, Historia, Principios y Normas, Madrid, Ediciones Cátedra.

GUILLAUME, Marc (2003), A Política do Património, Porto, Campo das Letras.

JORGE, Vítor Manuel de Oliveira (1982), Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto – Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu, Tese de doutoramento em pré-história e arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

JORGE, Vítor Manuel de Oliveira (1983/1984), "Megalitismo do Norte de Portugal: Um Novo Balanço", *Portugalia*, nova série, vol. IV/V, pp. 37-50.

JORGE, Vítor Manuel de Oliveira (1989), "Arqueologia Social dos Sepulcros Megalíticos Atlânticos: Conhecimentos e Perspectivas Actuais", *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. 6, pp. 365-444.

KLEKOT, Ewa (2012), "Constructing a "monument of national history and culture" in Poland: the case of the Royal Castle in Warsaw", *International Journal of Heritage Studies*, vol. 18, n. ° 5, pp. 459-478 [consulta em 11 de Março de 2016]. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2011.637944.

MORAIS, Luís Fernandes (2010), "Contributos da Valorização do Património Arqueológico para o Desenvolvimento Local", in *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, 6 a 9 de Outubro de 2010, pp. 1-14.

OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2012), "A Morte no Neolítico no Norte-Alentejo – Portugal", in *Actas Del III Simposium Internacional De Arte Rupestre De Havana*, Havana, 19 a 23 de Novembro de 2012, pp. 52-69.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (2006), "Introdução", in Elsa Peralta; Marta Anico (org.), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-11.

POMIAN, Krzysztof (1993), "Tempo/temporalidade", in Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi*. XXIX Vol., *Tempo/Temporalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-91.

SILVA, Elsa Peralta da (2000), "Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural", *Antropológicas*, nº 4, pp. 217-224.

SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, Abingdon, Routledge.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia (2011), "O patrimônio como processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial", *Em Questão*, vol. 17, nº 2, pp. 241-255.

VELOSO Tânia; CAVALCANTI, José (2007), "Turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do património arqueológico", Revista de Arqueologia, vol. 20, nº 1, pp. 155-168.

ZANIRATO, Sílvia Helena (2009), "Usos Sociais do Património Cultural e Natural", *Património e Memória*, vol. 5, nº 1, pp. 137-152.